



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

## EDITAL Nº 01/2013

### NÍVEL SUPERIOR - VERSÃO A

#### ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

### INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 08 (oito) páginas numeradas sequencialmente, contendo 60 (sessenta) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (08 questões), Noções de Informática (04 questões), Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União (Lei Nº 8.112/90 e alterações), Regimento Interno do Tribunal Regional do Estado do Amazonas (04 questões), Direito Constitucional (06 questões), Direito Administrativo (06 questões), Administração Pública (06 questões), Administração Financeira e Orçamentária (06 questões), Direito Eleitoral (06 questões), Noções de Direito Civil e Processual Civil (05 questões), Noções de Direito Penal e Processual Penal (05 questões) e 01 (uma) questão discursiva.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. A resposta para a questão discursiva deverá ter no máximo 15 linhas
- VI. Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 2 (duas) horas após seu início.
- VIII. O candidato não poderá levar o caderno de questões. O caderno de questões será publicado no site do ibfc, no prazo recursal contra gabarito.
- IX. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- X. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- XI. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XII. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XIV. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!



DESTAQUE AQUI



## GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



Nome:	Assinatura do Candidato:	Inscrição:
-------	--------------------------	------------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60															
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>															

**Prazeres mútuos**  
(Danuza Leão)

É normal, quando você vê uma criança bonita, dizer “mas que linda”, “que olhos lindos”, ou coisas no gênero. Mas esses elogios, que fazemos tão naturalmente quando se trata de uma criança ou até de um cachorrinho, dificilmente fazemos a um adulto. Isso me ocorreu quando outro dia conheci, no meio de várias pessoas, uma moça que tinha cabelos lindos. Apesar da minha admiração, fiquei calada, mas percebi minha dificuldade, que aliás não é só minha, acho que é geral. Por que eu não conseguia elogiar seus cabelos?

Fiquei remoendo meus pensamentos (e minha dificuldade), fiz um esforço (que não foi pequeno) e consegui dizer: “que cabelos lindos você tem”. Ela, que estava séria, abriu um grande sorriso, toda feliz, e sem dúvida passou a gostar um pouquinho de mim naquele minuto, mesmo que nunca mais nos vejamos.

Fiquei pensando: é preciso se exercitar e dizer coisas boas às pessoas, homens e mulheres, quando elas existem. Não sei a quem faz mais bem, se a quem ouve ou a quem diz; mas por que, por que, essa dificuldade? Será falta de generosidade? Inveja? Inibição? Há quanto tempo ninguém diz que você está linda ou que tem olhos lindos, como ouvia quando criança? Nem mesmo quando um homem está paquerando uma mulher ele costuma fazer um elogio, só alguns, mais tarde, num momento de intimidade e quando é uma bobagem, como “você tem um pezinho lindo”. Mas sentar numa mesa para jantar pela primeira vez, só os dois, e dizer, com naturalidade, “que olhos lindos você tem”, é difícil de acontecer.

Notar alguma coisa de errado é fácil; não se diz a ninguém que ele tem o nariz torto, mas, se for alguém que estiver em outra mesa, o comentário é espontâneo e inevitável. Podemos ouvir que a alça do sutiã está aparecendo ou que o rimel escorreu, mas há quanto tempo você não ouve de um homem que tem braços lindos? A não ser que você seja modelo ou miss - e aí é uma obrigação elogiar todas as partes do seu corpo-, os homens não elogiam mais as mulheres, aliás, ninguém elogia ninguém.

E é tão bom receber um elogio; o da amiga que diz que você está um arraso já é ótimo, mas, de uma pessoa que você acabou de conhecer e que talvez não veja nunca mais, aquele elogio espontâneo e sincero, é das melhores coisas da vida.

Fique atenta; quando chegar a um lugar e conhecer pessoas novas, alguma coisa de alguma delas vai chamar a sua atenção e sua tendência será, como sempre, ficar calada. Pois não fique. Faça um pequeno esforço e diga alguma coisa que você notou e gostou; o quanto a achou simpática, como parece tranquila, como seu anel é lindo, qualquer coisa. Todas as pessoas do mundo têm alguma coisa de bom e bonito, nem que seja a expressão do olhar, e ouvir isso, sobretudo de alguém que nunca se viu, é sempre muito bom.

Existe gente que faz disso uma profissão, e passa a vida elogiando os outros, mas não é delas que estamos falando. Só vale se for de verdade, e se você começar a se exercitar nesse jogo e, com sinceridade, elogiar o que merece ser elogiado, irá espalhando alegrias e prazeres por onde passar, que fatalmente reverterão para você mesma, porque a vida costuma ser assim.

Apesar de a vida ter me mostrado que nem sempre é assim, continuo acreditando no que aprendi na infância, e isso me faz muito bem.

(disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0611200502.htm>)

**1) O texto é uma crônica em que a autora defende seu posicionamento em relação a um tema. Pode ser entendida como sua tese a seguinte ideia:**

- É preciso fazer elogios com mais frequência.
- As pessoas conseguem elogiar as crianças, mas não os adultos.
- É mais fácil perceber o que há de errado do que o que há de bom.
- A necessidade de conhecer pessoas novas e elogiá-las.

**2) O modo pelo qual as palavras se relacionam no texto é determinante para a construção de sentidos. Assim, no fragmento “Apesar da minha admiração, fiquei calada,”, é possível notar que a expressão “apesar da” assume valor:**

- explicativo
- concessivo
- conclusivo
- consecutivo

**3) Sobre os comentários entre parênteses, no segundo parágrafo, só não é possível afirmar o seguinte:**

- Apresentam informações acessórias.
- Reforçam o tom informal do texto.
- São marcados pela subjetividade.
- São essenciais à coerência do texto.

**4) Observe o seguinte fragmento do texto:**

*“não se diz a ninguém que ele tem o nariz torto, mas, se for alguém que estiver em outra mesa,”*

**Para construir sua crítica, a autora utilizou, na primeira oração desse trecho, um tipo específico de voz verbal. Sobre essa voz é correto afirmar que:**

- se trata da passiva.
- se trata da ativa.
- tem caráter reflexivo.
- tem caráter recíproco.

**5) O modo subjuntivo pode transportar o leitor para uma realidade hipotética. Assinale a opção que apresenta um trecho em que a autora faça uso desse modo verbal.**

- “Mas esses elogios, que fazemos tão naturalmente” (1º parágrafo)
- “Fiquei remoendo meus pensamentos” (2º parágrafo)
- “se for alguém que estiver em outra mesa,” (4º parágrafo)
- “Fique atenta” (6º parágrafo)

**6) A linguagem cumpre funções que dependem da intenção do emissor e da relação que se pretende estabelecer com o receptor, dentre outros aspectos. No trecho “Faça um pequeno esforço e diga alguma coisa que você notou e gostou;”, percebe-se a seguinte função da linguagem:**

- emotiva, marcada pelo sentimento do emissor.
- conativa, voltada para o interlocutor.
- referencial, destacando-se o objetivo da autora.
- metalinguística, priorizando-se o próprio código.

**7) No penúltimo parágrafo do texto, ocorre a expressão “com sinceridade”. Sobre ela, só não é correto afirmar que:**

- exerce a função sintática de adjunto adverbial.
- possui certa mobilidade na oração em que está inserida.
- se relaciona, semanticamente, com o verbo “elogiar”.
- não tem obrigatoriedade de estar entre vírgulas.

**8) Ao observar o último parágrafo do texto, percebem-se vários elementos coesivos. Assinale a opção que apresenta um comentário morfológico ou sintático incorreto sobre um desses elementos.**

- “ter me mostrado que nem” (Trata-se de uma conjunção subordinativa integrante.)
- “no que aprendi” (Trata-se de um pronome relativo que exerce a função sintática de objeto direto.)
- “e isso me faz muito” (Trata-se de uma conjunção coordenativa que contribui para a progressão textual.)
- “e isso me faz muito” (Trata-se de um pronome demonstrativo com papel anafórico.)

9) Assinale a alternativa que apresenta corretamente os conceitos, ou diferenças, entre Internet e Intranet:

- a) A Intranet é uma rede de computadores aberta, de uma empresa ou organização.
- b) A internet normalmente é usadas para armazenar conteúdo interno relacionado à empresa, como informações sobre políticas da empresa ou benefícios aos funcionários.
- c) Não existe necessidade de configuração especial no Internet Explorer para o acesso a uma Intranet de uma empresa.
- d) Uma Intranet usa os mesmos protocolos que a Internet e pode conter os mesmos tipos de conteúdo.

10) Nas versões anteriores do Windows, o gerenciamento de arquivos significava organizá-los em pastas e subpastas diferentes. No Windows 7, pode-se usar para organizar e acessar arquivos, independentemente de onde eles estejam armazenados, o recurso técnico denominado:

- a) enciclopédia.
- b) livreria.
- c) coleção.
- d) biblioteca.

11) Referente aos conceitos básicos de Redes de Computadores e de Internet, identifique a alternativa que apresenta o principal protocolo utilizado na rede das redes, a Internet:

- a) TCP/IP
- b) TCP/FTP
- c) FTP/IP
- d) ISO/OSI

12) Dada a planilha Microsoft Excel 2010 abaixo, identifique a alternativa que apresenta o resultado da fórmula =MÉDIA(SOMA(A1:B2);C2;C1)

	A	B	C
1	12	52	112
2	31	15	111

- a) 110
- b) 112
- c) 111
- d) 113

**REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO (LEI Nº 8.112/90 E ALTERAÇÕES)**

13) **NÃO** se interrompem as férias do servidor público federal por motivo de:

- a) Serviço militar ou eleitoral.
- b) Comoção interna.
- c) Convocação para júri.
- d) Remoção do servidor para outra sede.

14) Antônio, servidor público federal, recusou-se a atualizar seus dados cadastrais, solicitados pelo serviço de pessoal competente. O servidor:

- a) Não está sujeito a penalidade alguma, pois a recusa em atender À solicitação não consta do rol de penalidades prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União.
- b) Estará sujeito à pena de advertência.
- c) Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- d) Será submetido a processo administrativo disciplinar de rito sumário.

15) De acordo com o texto do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Lei Federal nº 8.112/1990), excluem-se do teto remuneratório as seguintes vantagens, **EXCETO**:

- a) Adicional noturno.
- b) Gratificação natalina.
- c) Gratificação por encargo de curso ou concurso.
- d) Adicional pela prestação de serviço extraordinário.

16) Analise as seguintes afirmativas, de acordo com a Lei Federal nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

- I. Nos processos administrativos é absolutamente vedada a cobrança de despesas processuais.
- II. A omissão do dever de comunicar o impedimento de atuar em processo administrativo constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
- III. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

**NÃO** está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.

**REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

17) **NÃO** é atribuição do Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas:

- a) Investigar se, no âmbito da jurisdição dos juízes eleitorais de primeira instância, há crimes eleitorais a reprimir e se as denúncias já oferecidas têm curso normal.
- b) Verificar se há erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, determinando, por provimento, as medidas cabíveis.
- c) Orientar os Juízes Eleitorais, relativamente à regularidade dos serviços nos respectivos Juízos e Cartórios.
- d) Impor pena disciplinar aos servidores da Secretaria, inclusive a de demissão, na forma da lei.

18) Da decisão sobre o conflito de competência:

- a) Não caberá nenhuma espécie de recurso.
- b) Não caberá recurso, salvo embargos de declaração.
- c) Caberá agravo regimental.
- d) Caberá recurso inominado.

19) A ação penal eleitoral de competência originária do Tribunal Regional Eleitoral observará o procedimento previsto:

- a) Na Lei Federal nº 4.737/1965, que instituiu o Código Eleitoral.
- b) No Decreto-lei nº 3.689/1941, que disciplina o Código de Processo Penal.
- c) Na Lei Federal nº 8.038/1990, que institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.
- d) Na Lei Federal nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições.

20) “Defender a jurisdição do Tribunal”. Essa competência prevista expressamente no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas é atribuição do:

- a) Procurador Regional Eleitoral.
- b) Corregedor Regional Eleitoral.
- c) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- d) Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 21) Por “mutação constitucional”, entende-se:
- A inserção de emendas constitucionais no texto da Constituição.
  - A superveniência de uma nova Carta Política.
  - A nova interpretação dada à Constituição, atribuindo novos sentidos ao seu texto.
  - O exercício do Poder Derivado Decorrente.
- 22) “A Constituição deve ser sempre interpretada em sua globalidade como um todo e, assim, as aparentes antinomias deverão ser afastadas.” O enunciado se refere ao princípio de interpretação constitucional:
- Da Máxima Efetividade.
  - Da Unidade da Constituição.
  - Do Efeito Integrador.
  - Da Harmonização.
- 23) Acerca da organização e estrutura do Estado, assinale a alternativa CORRETA:
- O Brasil adotou como sistema de governo a República, o presidencialismo como forma de governo e a Federação como forma de Estado.
  - O Brasil adotou como forma de governo a Monarquia, o parlamentarismo como sistema de governo e a Federação como forma de Estado.
  - O Brasil adotou como forma de Estado a República, o presidencialismo como forma de governo e a Federação como forma de governo.
  - O Brasil adotou como forma de governo a República, o presidencialismo como sistema de governo e a Federação como forma de Estado.
- 24) “As hipóteses previstas na Constituição Federal de iniciativa reservada do Presidente da República devem ser observadas em âmbito estadual, distrital e municipal.” A assertiva retira seu fundamento de validade dos Princípios:
- Da Simetria e da Separação de Poderes.
  - Da Autonomia dos Entes Federativos e do Pacto Federativo.
  - Do Livre Exercício dos Poderes e da Integridade Nacional.
  - Da Simetria e da Integridade Nacional.
- 25) Com relação aos instrumentos de democracia semidireta ou participativa, analise o seguinte o enunciado, a seguir, e assinale a alternativa a que se refere à seguinte assertiva: “é convocado(a) com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”.
- Lei de iniciativa popular.
  - Referendo.
  - Recall.
  - Plebiscito.
- 26) Com relação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), assinale a alternativa CORRETA:
- Serão criadas pela Câmara do Deputados ou pelo Senado, separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros.
  - Não têm sua duração limitada no tempo e possui poderes irrestritos para investigar qualquer fato.
  - Não podem impor penalidades ou condenações.
  - Suas conclusões devem ser encaminhadas ao Presidente da República.

- 27) Com relação ao Princípio da Supremacia do interesse público sobre o interesse privado, assinale a alternativa INCORRETA:
- Pode ser invocado, inclusive ao arrepio do Direito posto, já que inerente ao convívio social.
  - Não se radica em dispositivo algum da Constituição Federal, ainda que inúmeros aludam ou impliquem manifestações concretas dele, como, os princípios da função social da propriedade ou do meio ambiente.
  - É princípio geral de Direito inerente a qualquer sociedade, sendo sua própria condição de existência.
  - Permite à Administração a possibilidade de, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais.
- 28) Configuram restrições excepcionais ao Princípio da Legalidade, EXCETO:
- Medidas provisórias.
  - Decretos.
  - Estado de defesa.
  - Estado de sítio.
- 29) Assinale a alternativa INCORRETA:
- Desconcentração é fenômeno da distribuição interna de plexos de competências decisórias, agrupadas em unidades individualizadas.
  - Hierarquia é o vínculo de autoridade que une órgãos e agentes, através de escalões sucessivos numa relação de autoridade de superior a inferior.
  - Pela descentralização, embora existam dois entes personalizados, persiste o vínculo hierárquico entre a Administração Central e a pessoa estatal descentralizada.
  - A descentralização pressupõe pessoas jurídicas diversas: aquela que originariamente tem a titulação sobre certa atividade e outra que à qual foi atribuído o seu desempenho.
- 30) Com relação aos “atos da Administração” e aos “atos administrativos”, assinale a alternativa CORRETA:
- São conceitos sinônimos, já que sujeitos ao mesmo regime jurídico.
  - Não podem ser considerados atos administrativos os atos exercidos no uso de prerrogativas públicas, portanto, de autoridade, sob regência do Direito Público.
  - São atos administrativos os atos políticos ou de governo.
  - Há atos que não são praticados pela Administração Pública, mas que devem ser incluídos entre os atos administrativos, por exemplo, aqueles relativos à vida funcional dos servidores do Poder Judiciário.
- 31) Com relação à Lei Federal nº 12.462/2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratação, assinale a alternativa CORRETA:
- O procedimento de licitação, em razão da celeridade que a contratação, sob regime diferenciado, exige, observará, apenas, as seguintes fases: publicação do instrumento convocatório; apresentação de propostas ou lances e julgamento.
  - O Regime Diferenciado de Contratações Públicas é aplicável às licitações e contratos necessários à realização das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
  - O Regime Diferenciado de Contratações Públicas não é aplicável às licitações e contratos necessários à realização das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
  - O objeto da licitação deverá ser definido de forma clara e precisa no instrumento convocatório, apresentando especificações excessivas, ainda que possam parecer irrelevantes ou desnecessárias.

- 32) De acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), assinale a alternativa CORRETA:
- a) O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
  - b) Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei Federal nº 12.462/2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratação.
  - c) É vedada a realização do pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.
  - d) Para aquisição de bens e serviços comuns, não poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 33) Os serviços de saúde, educação, previdência social e assistência social caracterizam:
- a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
  - b) Serviços de prestação obrigatória do Estado e de obrigatória concessão a terceiros.
  - c) Serviços de prestação não obrigatória pelo Estado, mas não os prestando, é obrigado a promover-lhes a prestação, tendo, pois que outorgá-los em concessão ou permissão a terceiros.
  - d) Serviços de prestação obrigatória pelo Estado, mas sem exclusividade.
- 34) “A sua finalidade básica é possibilitar à Administração Superior fixar metas e prazos de execução a serem cumpridos pela entidade privada ou pelo entre da Administração Indireta, a fim de permitir-lhe melhor controle de resultados.” O enunciado se refere:
- a) Aos consórcios públicos.
  - b) Às parcerias público-privadas.
  - c) Ao contrato de gestão.
  - d) As cláusulas exorbitantes.
- 35) Entre o órgão público e a pessoa jurídica que eles integram, existe relação de:
- a) Representação, já que o órgão a representa perante terceiros.
  - b) Imputação, pois a atuação do órgão é imputada à pessoa jurídica.
  - c) Independência, uma vez que, embora os órgãos integrem a pessoa jurídica, não estão a ela subordinados.
  - d) Controle, vez que as pessoas jurídicas são controladas pelos órgãos.
- 36) Com relação à moralidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:
- a) Constitui pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública.
  - b) Confunde-se com a moral comum.
  - c) Alcança todas as condutas do agente público, inclusive, seus atos da vida privada.
  - d) Constitui requisito de existência de todo ato da Administração Pública.
- 37) Pode ser chamado de “princípio da proibição do excesso”, o Princípio da:
- a) Legalidade.
  - b) Impessoalidade ou Finalidade.
  - c) Razoabilidade.
  - d) Segurança Jurídica.

- 38) “A autoridade, embora atuando nos limites de sua competência, pratica o ato por motivos ou com fins diversos dos objetivados pela lei ou exigidos pelo interesse público. Trata-se de uma violação ideológica da lei, ou por outras palavras, a violação moral da lei colimando o administrador público fins não queridos pelo legislador, ou utilizando motivos e meios imorais para a prática de um ato administrativo aparentemente legal.” O texto se refere ao:
- a) Abuso do poder.
  - b) Excesso de poder.
  - c) Uso do poder.
  - d) Desvio de poder.

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- 39) Com relação ao sistema integrado de orçamento-programa, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) O orçamento fiscal, os orçamentos de investimentos das empresas e o orçamento da seguridade constituem etapas do planejamento de desenvolvimento econômico e social.
  - b) A integração entre o orçamento público (política fiscal) e o orçamento econômico (intervenção estatal no domínio econômico) possui caráter estático, caracterizando mera justaposição de planos.
  - c) O orçamento-programa constitui planejamento estrutural, já que todos os planos e programas têm suas estruturas estabelecidas segundo o plano plurianual.
  - d) O equilíbrio financeiro nas finanças modernas se há de estabelecer em relação ao equilíbrio econômico geral, de sorte que o plano financeiro do Estado deve fazer parte do plano econômico do País.
- 40) “Sempre foi a regra de ouro das finanças clássicas. Constituía o princípio fundamental dos orçamentos públicos, verdadeiro axioma. A concepção clássica condenava toda a ideia de orçamento desequilibrado, e tomavam-se todas as medidas necessárias para mantê-lo em equilíbrio anual, sem levar em conta seus efeitos sobre a economia em geral”. O texto se refere ao Princípio:
- a) Do equilíbrio orçamentário.
  - b) Da anualidade.
  - c) Da unidade.
  - d) Da exclusividade.
- 41) Com relação ao orçamento público e sua disciplina pela Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:
- a) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
  - b) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão estabelecidos por leis de iniciativa do Senado Federal.
  - c) A lei orçamentária anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
  - d) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

**42) De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), analise as assertivas abaixo:**

- I. Dívida pública mobiliária constitui a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, excluídos os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- II. Concessão de garantia constitui o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação, em solidariedade com entidade a ele vinculada.
- III. Dívida pública consolidada ou fundada constitui o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- IV. Refinanciamento da dívida mobiliária constitui a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

**Está correto, apenas, o que se afirma em:**

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

**43) De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal não poderá exceder:**

- a) Os percentuais da receita líquida de cinquenta por cento para a União, Estados e Municípios.
- b) Os percentuais da receita líquida de cinquenta por cento para a União e sessenta por cento, para os Estados e Municípios.
- c) Os percentuais da receita líquida de sessenta por cento para a União, Estados e Municípios.
- d) Os percentuais da receita líquida de cinquenta por cento para a Estados e Municípios e sessenta por cento, para a União.

**44) De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro, acerca da classificação das receitas, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Receita tributária: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais.
- b) Receitas diversas: multas, cobrança da dívida ativa, receita industrial e outras receitas diversas.
- c) Receita patrimonial: receitas imobiliárias, receitas de valores mobiliários, participações e dividendos e outras receitas patrimoniais.
- d) Receitas de capital: operações de crédito e alienação de bens móveis e imóveis, apenas.

**DIREITO ELEITORAL**

**45) Com relação às nulidades da votação, com base na Lei Federal nº 4.737/1965 (Código Eleitoral), assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Na aplicação da eleitoral o juiz atenderá sempre aos fins e resultados a que ela se dirige, pronunciando todas as nulidades, ainda que não seja demonstrado prejuízo.
- b) A declaração de nulidade poderá ser requerida por qualquer interessado e pela parte que lhe deu causa.
- c) É nula a votação quando feita perante mesa não nomeada pelo juiz eleitoral, ou constituída com ofensa à letra da lei.
- d) É nula a votação quando houver extravio de documento reputado essencial.

**46) Com relação à arguição de inelegibilidade perante à Justiça Federal e sua disciplina pela Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade), assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, não impede a mesma ação pelo Ministério Público.
- b) A arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República.
- c) Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.
- d) Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos 2 (dois) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.

**47) De acordo com a Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), assinale a alternativa CORRETA:**

- a) São inelegíveis o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 4 (quatro) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.
- b) São inelegíveis os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos.
- c) São inelegíveis os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado, desde que proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes.
- d) São inelegíveis os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado, desde que proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 4 (quatro) anos seguintes.

**48) Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Somente o registro do estatuto do partido no Tribunal Superior Eleitoral assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos, sendo vedada a utilização, por outros partidos, de variações que venham a induzir a erro ou confusão.
- b) A ação do partido pode ter caráter local e ser exercida de acordo com seu estatuto e programa, sem subordinação direta a entidades ou governos estrangeiros.
- c) O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei eleitoral, deve registrar seu estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- d) O partido político, pessoa jurídica de direito público, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

49) De acordo com as disposições da Lei Federal nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), assinale a alternativa CORRETA:

- a) A partir do registro da candidatura, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.
- b) A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 (cinco) de agosto do ano da eleição.
- c) É vedado, a partido e candidato, receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade de classe ou sindical.
- d) É facultada a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, inclusive para a sonorização de comícios.

50) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os veículos e embarcações, devidamente abastecidos e tripulados, pertencentes à União, Estados, Territórios e Municípios e suas respectivas autarquias e sociedades de economia mista, excluídos os de uso militar, ficarão à disposição da Justiça Eleitoral para o transporte gratuito de eleitores em zonas rurais, em dias de eleição.
- b) A indisponibilidade de transporte não exime o eleitor do dever de votar.
- c) É obrigatório aos Partidos exercer fiscalização nos locais onde houver transporte e fornecimento de refeições a eleitores.
- d) É vedado aos candidatos ou órgãos partidários, ou a qualquer pessoa, o fornecimento de transporte ou refeições aos eleitores da zona urbana.

## NOÇÕES DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

51) Com relação à disciplina dos bens pelo Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- b) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, não perdem o caráter de imóveis.
- c) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) São pertencas os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo temporário, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro bem.

52) Com relação à disciplina da petição inicial pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 282 (indicação do juiz ou tribunal, a que é dirigida, dos nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu, dos fatos e fundamentos jurídicos do pedido, do pedido, com as suas especificações, do valor da causa, das provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e do requerimento para a citação do réu) e 283 (instrução com os documentos indispensáveis à propositura da ação) e que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 5 (cinco) dias.
- b) Nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso.
- c) Quando a matéria controvertida for predominantemente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos análogos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- d) Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará, se o autor assim o requerer, que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

53) De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Durante a suspensão do processo, é defesa a prática de qualquer ato processual, todavia, poderá o juiz determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar dano irreparável.
- b) O processo suspende-se pela morte ou perda da capacidade processual do autor ou de seu representante processual, apenas. Nos casos de morte ou perda da capacidade processual do réu ou de seu representante legal, cabe ao autor dar prosseguimento, indicando ao juiz o seu sucessor.
- c) O processo suspende-se quando oposta exceção de suspeição ou impedimento do juiz, não sendo suspenso se oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal.
- d) A suspensão do processo por convenção das partes poderá exceder 6 (seis) meses, se houver motivo justo.

54) No procedimento das execuções fiscais:

- a) São admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
- b) A petição inicial e a certidão de dívida ativa não poderão constituir um único documento, mas poderão ser preparados por processo eletrônico.
- c) A produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.
- d) A citação do devedor ou de seu representante interrompe a prescrição.

55) De acordo com a Lei Federal nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A informatização prevista na lei em questão não se aplica ao processo penal.
- b) Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.
- c) A petição eletrônica enviada para atender prazo processual, será considerada tempestiva se transmitidas até o horário do término do expediente forense do último dia do prazo.
- d) Considera-se transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização, exclusivamente, da rede mundial de computadores.

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

56) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida até um terço.
- b) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.
- c) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- d) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

57) O funcionário público que solicita, para si, diretamente, vantagem indevida, em razão de sua função, comete o crime de:

- a) Concussão.
- b) Prevaricação.
- c) Corrupção Ativa.
- d) Corrupção Passiva.

58) Comete o crime de “tergiversação”:

- a) Aquele que acusa-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.
- b) O advogado que defende na mesa causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.
- c) O particular que presta a criminoso auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.
- d) A parte ou advogado que oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a perito para fazer afirmação falsa ou calar a verdade em perícia.

59) De acordo com o Código de Processo Penal, **NÃO** está sujeita à recurso de ofício ou reexame necessário a sentença que:

- a) Conceder a ordem de habeas corpus.
- b) Absolver desde logo o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime.
- c) Absolver desde logo o réu com fundamento que o isente de pena.
- d) Denegar a ordem de habeas corpus.

60) De acordo com o Código de Processo Penal, a prisão preventiva:

- a) Será admitida quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.
- b) O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, todavia, não poderá de novo decretá-la, ainda que sobrevenham razões que justifiquem a medida.
- c) Será admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima até 4 (quatro) anos.
- d) Não poderá ser decretada de ofício pelo juiz.



QUESTÃO DISCURSIVA

Uma lei ordinária federal publicada no mês de janeiro de ano eleitoral, criando nova hipótese de inelegibilidade para proteger contra influência do poder econômico as eleições a serem realizadas em outubro, afrontaria a Constituição Federal? Justifique.

5

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO